


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2020, REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2021, EM BRASÍLIA/DF.

Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, por videoconferência (procedimentos extraordinários coronavírus COVID-19), realizou-se a Sessão da Audiência Pública nº 004/2020, que teve como **OBJETIVO**: obter subsídios e informações adicionais referente à minuta de resolução que institui os demais módulos que completarão o Manual de Revisão Tarifária – MRT dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal. **PAUTA**: 1 – recepção virtual de expositores e participantes inscritos (via chat); 2 - composição da mesa virtual; 3 – abertura das atividades pelo Presidente da Sessão; 4 – apresentação técnica do assunto pela Adasa; 5 - apresentação técnica do assunto pela Caesb; 6 – pronunciamento dos inscritos; 7 – outros pronunciamentos; 8 – encerramento. Compuseram a mesa virtual os Senhores: Sr. **Jorge Werneck Lima**, Diretor da Adasa, presidindo a Sessão; Sr. **Ivan Pereira Prado**, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da Adasa; Sr. **Nelson Gomes Moço Neto**, Secretário-Geral Substituto da Adasa; Sr. **Cássio Leandro Cossenno**, Superintendente de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira da Adasa e Sr. **Robinson Ferreira Cardoso**, Ouvidor da Adasa. **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**: Abrindo as atividades, foi executado o Hino Nacional Brasileiro. Em seguida o Sr. **Jorge Werneck Lima**, Presidente da Sessão, cumprimentou a todos os presentes, prestou alguns esclarecimentos (instruções/orientações) sobre os trabalhos durante a audiência virtual e declarou aberta a sessão. Então o Mestre de Cerimônia passou a palavra ao Sr. **Diogo Barcellos Ferreira**, Coordenador de Estudos Econômicos – COEE da SEF/Adasa para a apresentação técnica. Ao iniciar sua apresentação, o Sr. **Diogo** informou sobre a complexidade do tema e que a sua apresentação se dará de forma simples para melhor entendimentos de todos. Em seguida detalhou os seguintes pontos apresentados: Objetivos; Regras de Alteração das Tarifas; Lei Federal nº 11.445, de 2007; Lei Distrital nº 4.285, de 2008 (art. 6º, incisos II e III; art. 7º, inciso XI; art. 58; art. 59 incisos I ao VI); Principais Alterações; Tipos de Regulação; Composição da Tarifa; Módulos do Manual de Revisão Tarifária; Base de Ativos Regulatória (BAR); Custo de Capital; Estrutura de Capital; Remuneração Adequada; Custos Operacionais Eficientes; Fatos X; Fator X – Eficiência Estática; Fator X – Eficiência Dinâmica; Fator Xq – Qualidade; Fator Xh – Eficiência Hídrica; Mercado; Eficiência Energética; Receitas Irrecuperáveis; Outras Receitas; Riscos da Prestação dos Serviços; Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA); Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Outros Serviços Cobráveis; Reposicionamento Tarifário. Em continuação, o Presidente da Sessão passou a palavra a Sra. **Jaína Borges**, Gerente de Regulação Econômica da CAESB, para as considerações da Companhia. A Sra. **Jaína** destacou: Módulo II: Estrutura de Capital; Módulo III: Custo de Capital, Custo do Capital Próprio, Custo de Capital de Terceiros; Módulo IV: Remuneração Adequada; Módulo V: Outras Receitas; Módulo VI: Custos Operacionais; Módulo VII: Fator X; Módulo VIII: Receitas Irrecuperáveis; Módulo IX: Mercado, Categoria Não-Residencial; Módulo XII: Eficiência Energética; Módulo XV: Reposicionamento Tarifário, Reposicionamento Tarifário - Parcela A, Reposicionamento Tarifário – Componente Financeiro. O **Presidente da Sessão** franqueou a palavra aos inscritos. Foi dada a palavra ao Sr. **Rodolfo**, do Conselho de Consumidores da CAESB. Iniciou parabenizando o trabalho realizado, relatou o aumento do consumo junto com o valor das contas em virtude da pandemia somada a revisão tarifária. Disse que a tarifa variável seria a mais adequada, quem consome mais paga mais e quem consome menos paga menos. Algumas contas tiveram problemas e foram revisadas. Com a palavra a Sra. **Stella Maria Ferreira de Castro**, Prefeitura Comunitária da Península Norte, que ressaltou a necessidade de convite para acesso da sociedade em plataforma aberta. Outra questão, foi o período de abertura da consulta, sugeriu que houvesse mais tempo para debater o cálculo da tarifa, pois se trata de um assunto complexo. Passou a palavra a Sra. **Aline Batista de Oliveira Soares**, representante da CAESB, que informou que a metodologia empregada estava de acordo, atentou para as características regionais do Distrito Federal e finalizou solicitando a confirmação da disponibilização do documento completo no site da ADASA. O Sr. **Cássio**, Superintendente da SEF/Adasa informou, diante da indagação, que os 2 documentos ficarão à disposição juntamente com as apresentações e todos os documentos da Audiência Pública.

Então foi dada a palavra a Sra. **Suzana Pádua**, da Prefeitura Comunitária da Península Norte. Começou agradecendo e comentou sobre a dificuldade de entendimento das cláusulas tarifárias. Citou a constante troca de hidrômetros, de medidores e reclamou da falta de auxílio em relação a vários problemas detectados pelos diversos vazamentos apresentados. Com a palavra o Sr. **Abdias de Souza**, que destacou a importância da participação popular nas decisões a serem tomadas. Citou que o momento é inoportuno em virtude da pandemia, citou também a exiguidade de tempo dada a sociedade para tratar de um assunto tão complexo. Seguindo, mencionou que a sociedade está estrangulada financeiramente e que políticas públicas deveriam ser assumidas pelo governo. Concordou com a política de beneficiamento aos mais necessitados. Mencionou, ainda, que todos querem um serviço de qualidade, mas temos uma limitação financeira para arcar com todos os custos, e ultimamente nem isso vem sendo feito. Alertou sobre o inadimplemento, indagando quem seriam os responsáveis por ele, e citou os órgãos públicos como responsáveis. Nesse contexto, fez um desabafo dizendo que a sociedade não consegue mais absorver esses tipos de custos que não foi gerado por ela. Passou a palavra ao Sr. **João Marcos**, ex engenheiro da CAESB, atualmente na ABES, e se permitiu discordar totalmente do Sr. **Abdias**. Começou dizendo que a ABES-DF defende a tarifa social que é uma forma, sem recursos do Governo, de dividir com as pessoas sem acesso a água. Disse que quem não tem acesso a água, em virtude da pandemia, corre mais risco de se infectar em virtude da falta de higienização (lavar as mãos). Lembrou que no mundo houve manifestações pelos 10 anos que a ONU mencionou que a água era um direito humano. Mencionou sobre a tributação de grandes fortunas que não é pautada no Brasil. Falou também sobre o problema de pressão que teve assim como outros consumidores. Foi dada a palavra ao Sr. **Adauto**, que mencionou 05 pontos sobre a tarifa: (i) que não existe, por parte do prestador de serviço, um estudo que indique o custo do m³ de água tratada por sistema produtivo; (ii) o valor fixo da tarifa onera demais para quem consome menos de 10m³, quem consome menos tem que pagar menos; (iii) a forma de definição da tarifa, em relação ao número de habitantes de uma determinada área; (iv) a questão da revisão da outorga para lançamento de esgoto, que geram impacto significativo na tarifa; e (v) o uso racional dos sistemas de água, que poderá postergar a necessidade de novos investimentos. Por fim, acrescentou que a população tem que ter acesso a água para evitar problemas com a pandemia. O Presidente da Sessão passou novamente a palavra ao Sr. **Rodolfo**, que citou a necessidade de existirem políticas públicas para solução desses problemas. Disse que a população não sabe escolher seus representantes na Câmara Legislativa – CL/DF. Enfatizou que o processo tarifário deveria ser melhor, que o Governo deveria repassar algum recurso para custear a tarifa social. Finalizou que o processo montado pela ADASA é ótimo, mas ele sente falta do Governo do Distrito Federal nessa ação para subsidiar essa tarifa paga pela sociedade. Novamente com a palavra a Sra. **Aline Batista de Oliveira Soares**, que informou que a participação da CAESB nesse processo é para prestar contas à sociedade, ouvir e entender os anseios da população de uma forma geral. Falou sobre as legítimas discussões/manifestações apreciadas nesse debate, dizendo que a CAESB estará aberta para receber todas as questões apresentadas. Informou que a CAESB tem o Conselho de Consumidores e que se reúnem mensalmente para absorção das questões com vistas a ser mais transparente possível sobre o funcionamento da rede e demais questões relacionadas a ela. Falou ainda sobre o monitoramento dos custos que são feitos 24h por dia e se despediu colocando a CAESB a disposições de eventuais dúvidas que restem. Passou a palavra a Sra. **Edna**, CAESB, cedida para a SEDUH, e começou falando da política urbana, que o direito a lucro se sobrepõe ao direito à cidadania. Questionou de como socializar se uns podem pagar e os outros não. Continuou alertando para as políticas públicas, citou a CF, art. 200, vinculando o Saneamento Básico ao SUS quanto ao aspecto de direito a saúde. Concordou com o Sr. **João Marcos** com relação a tarifa social. Finalizou citando a necessidade de ter mais tempo para discussão de um assunto tão complexo. Com a palavra o Sr. **Diogo Barcellos Ferreira**, que abordou sobre os prazos da Audiência Pública e Consulta Pública, dizendo sobre a necessidade de publicação dos estudos até o final de abril, com vistas a entrar em vigor no início de junho, não havendo flexibilidade do prazo. Sobre o comentário de jogar para a sociedade o custo, disse que é exatamente o que a Adasa não está fazendo, que a regulação não é feita pelo custo do serviço e sim por preço teto/incentivo, traçando parâmetros eficientes. Passou a palavra ao Sr. **Cássio Leandro Cossenzo**, Superintendente da Adasa, que falou sobre a apresentação técnica por parte da

Adasa e complementou dizendo que a Adasa é um Órgão de Estado, seguindo as palavras do Diretor Vinicius Benevides, e que ela faz parte do triângulo da regulação, devendo ficar equidistante do usuário, do prestador e do Governo. Falou também sobre a diferença entre regime, estrutura e nível tarifário, que já havia sido falado na apresentação do Sr. **Diogo**. Falou ainda que a Adasa está fazendo a análise de resultado regulatório, após a implantação de um certo modelo é feita essa análise que resulta em um objetivo para a propositura de um aprimoramento, esse estudo já está sendo feito e em breve a poderá propor uma nova Audiência Pública, trazendo novas discussões, novas reuniões para tratar desse assunto, trazendo isso de uma maneira mais tranquila para a sociedade. Informou que o que está sendo estabelecido é o nível tarifário, que seria o montante de recurso necessário para a prestação dos serviços pela CAESB dentro da qualidade exigida. A Adasa criará processos de acompanhamento da fiscalização financeira e técnica dos serviços prestados. Terminou agradecendo a todos pelas contribuições, informando que as contribuições, ainda, poderão ser enviadas pelo e-mail ou presencialmente na Adasa, até às 18 horas, e que todas as contribuições serão analisadas e respondidas pelas áreas, além de disponibilizadas no site da Agência. A palavra retornou então ao **Presidente da Sessão**, que agradeceu em nome de toda a Diretoria Colegiada a participação de todos e informou também que, todas as questões abordadas foram registradas, serão analisadas e finalizou a Sessão. Nada mais havendo para constar eu,  **Nelson Gomes Moço Neto**, Secretário-Geral Substituto, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Sessão e pelo Superintendente de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira.



Jorge Werneck Lima
Diretor
Presidente da Sessão



Cássio Leandro Cossenzo
Superintendente de Estudos Econômicos e
Fiscalização Financeira